



## O CONTEXTO DE CRIAÇÃO DOS CURSOS DE BACHARELADO EM TURISMO NO BRASIL

DALILA ROSA HALLAL  
DALILA MULLER  
TANIA ELISA MORALES GARCIA  
MARIA DA GRAÇA GOMES RAMOS

### Resumo

Partimos do princípio de que a história está continuamente em movimento. Movimento constante do (re)fazer, de (re)inventar, (re)contar, (re)visitar um passado que se materializa e se desloca incessantemente a partir das leituras que construímos sobre esse passado. É com esse sentido que nos propomos a refletir sobre o contexto de criação dos cursos de Bacharelado em Turismo no Brasil, os quais começaram a ser criados na década de 1970. Nesse estudo, o processo histórico do curso de Turismo é estudado em suas tensões com os diversos contextos político-econômico-sócio-culturais. Assim, o presente trabalho propõe-se a analisar o contexto de inserção destes cursos no País, discutindo, assim, as idéias que nortearam a educação superior em Turismo no Brasil. Destacamos que essas reflexões têm sido objeto de preocupação de nossas pesquisas com o objetivo de configurar a educação superior em Turismo no Brasil como campo de produção de pesquisa e ensino. Para tal coletamos dados bibliográficos e documentais. A partir dessa contextualização podemos verificar que os cursos de Turismo foram criados em um momento em que houve uma expansão do ensino superior no Brasil, incentivando-se a criação de cursos em novas áreas do conhecimento.

**Palavras-chave:** Década de 1970. Cursos superiores. Turismo no Brasil. Curso de Turismo.

## Introdução

No bojo da expansão ocorrida nos últimos anos no campo da história e do renovado prestígio dos estudos históricos em geral, parece haver um crescente interesse do turismo pelos aspectos históricos. O incremento que vem ocorrendo na pesquisa acadêmica da área qualifica as escolas de turismo a responder a tal demanda. Para isso torna-se necessário uma reflexão sobre o ensino em turismo no Brasil na perspectiva da história da educação.

A formação educacional em nível superior em turismo, em nosso país, começou no início da década de 1970, motivada pelas múltiplas possibilidades do setor turístico para o desenvolvimento socioeconômico nacional e pela expansão do ensino superior privado no Brasil. A Faculdade de Turismo do Morumbi (atual Universidade Anhembi-Morumbi), de São Paulo, foi pioneira nessa área, criando o curso em 1971. A partir de então, muitas instituições começam a implantar cursos superiores de Turismo, entre elas, a Faculdade Ibero-Americana, a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUC/RS e a Universidade Estadual de São Paulo – USP (HALLAL, 2010).

Nesse sentido, o presente estudo propõe-se a analisar o contexto de inserção desses cursos de turismo no Brasil, a partir da compreensão dos discursos sobre a Educação Superior e Turismo no Brasil. Seu início aconteceu em concomitância com o movimento de profissionalização do ensino superior, com o desenvolvimento da atividade turística e com a criação do currículo mínimo dos cursos de turismo.

Para subsidiar nossa investigação, realizamos uma pesquisa documental e bibliográfica. A pesquisa bibliográfica compreende o levantamento de referências sobre o fenômeno estudado junto a publicações acadêmicas na área da educação e do turismo. As fontes documentais utilizadas foram as notícias da imprensa da época, especialmente do jornal “Correio do Povo/RS<sup>1</sup>” e jornais disponíveis nos acervos de Oswaldo Goidanich e Roberto Eduardo Xavier, que se encontram na Biblioteca Central da PUCRS.

Salientamos a importância de estudos históricos no âmbito do turismo, pois como destaca Solha (2002), no Brasil, apenas alguns períodos referentes ao desenvolvimento do turismo foram estudados de maneira aprofundada, mas, para a maior parte dos acontecimentos ocorridos na área, não existe registro.

No mesmo sentido, Celeste Filho (2002, p.03) ressalta que, na década de 1970, “praticamente não existiam estudos históricos no que concerne ao turismo no Brasil, muito menos na área de história da educação”. Contudo, a partir da expansão ocorrida nos últimos anos no campo da história e do renovado prestígio dos estudos históricos em geral, parece

---

<sup>1</sup> O Correio do Povo é um jornal impresso brasileiro em formato tablóide pertencente à Central Record de Comunicação com circulação no estado do Rio Grande do Sul. Fundado em 1 de outubro de 1895 por Caldas Júnior, foi o jornal de mais longa publicação em Porto Alegre, circulando por 89 anos ininterruptamente, até 1984, reiniciando sua publicação em 1986.

haver um crescente interesse dos profissionais em turismo pelos aspectos históricos da formação. Recentemente, alguns pesquisadores começam a analisar o ensino superior em Turismo, a partir de uma perspectiva histórica.

### **Década de 1970: criação dos primeiros cursos de Bacharelado em Turismo no Brasil**

A industrialização, o êxodo rural, a urbanização, o avanço dos meios de comunicação, a internacionalização da economia, a mobilidade social, entre outros fatores, provocaram uma escolarização maior entre 1950 e 1960 e, em consequência, um inchaço nas demandas por cursos de nível superior na década seguinte. Houve, então, um processo de expansão do ensino superior privado com o aval do poder público (SOUZA, 2001).

A Carta de 1967<sup>2</sup> e a Emenda Constitucional de 1969 revelam a visão do Estado como empresário do sistema educacional, reduzindo a sua participação na oferta da educação superior. Segundo Menezes (1996) isso foi realizado 1) pela ênfase na participação da iniciativa particular, que passa a ser apoiada pelo poder público [...]; 2) pela redução do princípio de gratuidade do ensino primário à faixa de 7 a 14 anos [...]; 3) pelo acréscimo, no que diz à gratuidade do ensino oficial ulterior ao primário, da demonstração de efeito aproveitamento, à prova de falta ou insuficiência de recursos; 4) além disto, em 1967 e 1969, paulatinamente se introduz, no ensino médio e superior, a possibilidade da cobrança do ensino mantido pelo Estado, pelo estabelecimento de sistema de bolsas de estudos reembolsáveis.

Pouco tempo após a publicação da Carta de 1967, no ano seguinte, a Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968 alterou profundamente a estrutura da educação superior no país, sobretudo, a organização universitária, promovendo a reforma universitária de 1968, que foi responsável por uma grande mudança no sistema de educação superior do país. Com finalidades que comungavam com o sistema autoritário implantado e visando contornar velhos problemas que repercutiam em ruidosas reivindicações, a reforma tratou de assuntos como a extinção da cátedra, a departamentalização do sistema universitário, a criação do regime de créditos e, em relação ao acesso aos estudos superiores, a efetivação do concurso vestibular classificatório, a indicação de realização de vestibular unificado e a criação do ciclo básico.

No decorrer dos anos de 1970, a rede de ensino superior privado expandiu-se, pois as universidades públicas não tinham mais a possibilidade de atender à demanda de estudantes que desejavam cursar o ensino superior. Assim, a pressão dos excedentes, aliada à importância do diploma superior no mercado de trabalho, acabou constituindo-se no maior motivo do desenvolvimento do sistema superior privado (OLIVÉ, 2002).

A formação de professores, durante a década de 1970, em plena ditadura no país, passa a ser entendida mais como treinamento do que como aquisição de saberes. Valorizam-se os instrumentos técnicos necessários à transmissão e à aplicação do conhecimento científico, então dito neutro e produzido em outra instância. Seus esforços concentram-se na qualidade dos produtos, na sua eficiência e eficácia, relativizando-se a importância dos processos. O professor é considerado um executor de tarefas que deveria dominar os conteúdos e as técnicas de transmissão do conhecimento necessário à reprodução da força de trabalho requerida por aquela fase do capitalismo (MARTINS, 2006).

No Brasil, com o desenvolvimento da atividade turística, nas décadas de 1960 e 1970, e um crescente interesse por viagens e lazer, começam as discussões sobre a necessidade de profissionais qualificados para atuarem na área, em diferentes níveis. Assim, gradativamente

---

<sup>2</sup> A Constituição Brasileira de 1967 foi votada em 24 de janeiro de 1967 e entrou em vigor no dia 15 de março de 1967.

aparecem cursos regulares técnicos, de graduação e pós-graduação (especialização, mestrado e doutorado), a formação e capacitação em diversos níveis, a partir de cursos e programas de formação básica e comportamental, treinamento, atualização, aprimoramento, entre outros, que buscam formar pessoas e gerar mão-de-obra qualificada para o atendimento das necessidades destas demandas.

Nos anos de 1970, no Brasil, assim como em outros países, existia toda uma expectativa e credibilidade sobre o turismo como uma das “chaves que abririam as portas” do desenvolvimento econômico. Isso em função do *boom* do turismo massivo e a conseqüente movimentação e circulação de capital, cuja importância econômica já era reconhecida em todo o mundo. Informações eram veiculadas tanto em meios de comunicação especializados (revistas e boletins técnico-científicos), quanto em meios de comunicação de massa (jornais diários, programas de rádio e televisão), divulgando os aspectos positivos do turismo em toda a sua plenitude (REJOWSKI, 1996, p. 59).

Solha (2002) percebe que o desenvolvimento do turismo no país, no período de 1950 a 1969, ocorreu em conseqüência da conjugação de diversos fatores: melhoria nos equipamentos e no sistema de transportes; ampliação dos sistemas de comunicação; urbanização e crescimento das cidades; e, crescimento de uma classe média propensa a viajar. O desenvolvimento do turismo, embora bastante incipiente quando comparado à velocidade dos acontecimentos mundiais, estimulou o início da organização da atividade nos setores público e privado.

No setor público, a oficialização do turismo teve um grande impulso. Entre dezembro de 1960 a fevereiro de 1967, desenvolveram-se os trabalhos iniciais para implantação da EMBRATUR – Empresa Brasileira de Turismo. O Decreto-Lei 55 de 18 de novembro de 1966 definiu a política nacional de turismo, criou o Conselho Nacional de Turismo (CNTur) e a Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR).

A EMBRATUR, conforme o Decreto-lei 60.224/67, deveria “estudar e propor ao CNTur os atos normativos necessários à promoção da política nacional de turismo e, bem assim, aqueles que digam respeito ao seu funcionamento”, enquanto que ao CNTur caberia formular as diretrizes para uma política nacional de turismo. Em 1967, por meio de decretos-lei, foi criado o Sistema Nacional de Turismo, constituído pela EMBRATUR, pelo CNTUR e pelo Ministério das Relações Exteriores “imprimindo uma mudança substancial na condução das políticas federais de turismo” (CRUZ, 2000, p. 51).

Em 1967, através do Decreto nº. 60.224, foi ampliada a concepção legal da política nacional de turismo, com a criação do Sistema Nacional de Turismo, que indicava a responsabilidade de cada participante (órgãos federais, estaduais, municipais e iniciativa privada) na atividade turística.

Em 1969 foi instituído, pela CNTUR, o primeiro Plano Nacional de Turismo (Plantur), considerado o instrumento básico da Política Nacional de Turismo. No entanto, para Cruz (2000) o Plantur nunca foi posto em prática.

Segundo Santos Filho (2005) este foi um período conduzido pelos militares, que buscam conectar o turismo aos ideais da chamada “revolução” golpista de 1964 na qual o Estado começa a tomar medidas para a criação de uma infra-estrutura pensada em facilitar a vinda de turistas estrangeiros. As iniciativas foram propostas pelo diretor da poderosa Associação Comercial do Rio de Janeiro – ACRJ Joaquim Xavier da Silveira, indicado com apoio do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais – IPES para ser o primeiro presidente da EMBRATUR, isto é, homem de confiança dos militares e da classe dominante.

A imprensa explicita este período da atividade turística:

Não somente sob o aspecto social, educativo e cultural, o turismo deve ser encarado sob os aspectos econômicos e empresariais [...]. A indústria do turismo só perde em

importância para a do petróleo que até 1980, segundo a opinião de alguns economistas, deverá ser ultrapassada pela primeira, declarou recentemente o ministro Pratini de Moraes, da Indústria e Comércio. No Brasil, os governos da Revolução de 1964 vem procurando racionalizar e planejar uma política turística, sendo que de 64 a 71, nosso País já investiu 400 milhões de dólares na incrementação do turismo nacional. A EMBRATUR, presidida pelo Sr. Paulo Protásio, vem realizando um notável trabalho neste campo, procurando imprimir uma nova imagem no turismo nacional, quando vivemos em 1973 o ANO NACIONAL DO TURISMO, lançado pelo presidente Médici. Desta maneira, forma-se no Brasil, uma verdadeira conscientização que representa a indústria turística dentro do processo desenvolvimentista que vivemos. (O Quero-Quero/RS<sup>3</sup>, 28/09/1973)

Em 1972, o segundo Presidente da EMBRATUR Carlos Alberto Andrade Pinto, apesar da mídia e ações desenvolvidas sinalizarem uma vontade política voltada para o turismo interno, as suas realizações vieram premiar de forma incontestante o turismo receptivo. O Governo Militar utilizou do turismo para implementar seus ideais ufanistas de “projetos impactos”, quando para justificar a criação da rodovia Transamazônica, usa o marketing e o slogan “TURISMO – FATOR DE INTEGRAÇÃO NACIONAL”.

No mesmo ano assume Paulo Manuel Protásio, o terceiro Presidente da EMBRATUR, mais um homem de confiança da Associação Comercial do Rio de Janeiro – ACRJ. Este presidente desenvolveu programas e ações no campo do marketing. Com a proposta ideológica da “segurança e desenvolvimento” buscou criar uma “vontade coletiva” para que o ufanismo de um Brasil Grande e cristão se tornasse a lógica da vontade popular. Músicas de motivação nacionalista, propagandas de conteúdo cívico e frases de crítica a todos que se opunham à Ditadura Militar como “Brasil ame-o ou deixe-o” foram utilizadas.

A EMBRATUR promoveu a I Reunião Oficial de Turismo, que ocorreu no período de 5 a 8 de junho de 1972, no Hotel Nacional, em Brasília e reuniu representantes oficiais de vários estados. Na abertura dos trabalhos, o presidente da EMBRATUR, Paulo Manoel Protásio, destacou que o principal objetivo do encontro era traçar diretrizes para implantar, efetivamente, o Sistema Nacional de Turismo, criado pelo Governo Federal, “estudando os aspectos de descentralização e as estratégias operacionais voltadas a coordenar os esforços oficiais em só um pensamento e orientação” (Folha da Manhã/RS<sup>4</sup>, 06/06/1972).

A reunião teve por finalidade: I – integrar o sistema nacional de turismo, definido pelos decretos 55/56, e o 60.224/67, dentro de um programa de interesse nacional de empreendimentos turísticos; II – estabelecer bases para a Delegação de responsabilidades executivas, com o objetivo de imprimir um ritmo cada vez mais ativo no desenvolvimento dos planos oficiais de turismo; III – fixar estratégias operacionais conjugando os esforços oficiais em benefício de uma ação permanente, traduzindo um só pensamento e orientação quanto ao Sistema Nacional de Turismo (Diário de Notícias/RS<sup>5</sup>, 02/06/1972; Correio do Povo/RS, 02/06/1972).

Desse modo, o Governo Emílio Garrastazu Médici (1969-1974) foi marcado por um fabuloso crescimento econômico, conhecido como o "milagre brasileiro", com muitos investimentos estrangeiros, com baixa inflação, com a classe média e os empresários eufóricos com as perspectivas otimistas em relação aos negócios e à economia. Mas, também foi um tempo de repressão, censura e violência, características da linha dura do governo

---

<sup>3</sup> O Quero-Quero é um jornal de Santa Maria/RS.

<sup>4</sup> Jornal publicado pela Companhia Jornalística Caldas Júnior em Porto Alegre/RS entre 1969 e 1980.

<sup>5</sup> O Diário de Notícias foi fundado em 1 de março de 1925, sob a direção de Francisco de Leonardo Truda, Raul Pilla, Adroaldo Mesquita da Costa, João Pedro Moura e outros. Foi um dos mais importantes jornais do Rio Grande do Sul. Em Porto Alegre trabalhava acompanhado da TV Piratini (pioneira no estado), Rádio Farroupilha e Revista Campo. Funcionou até dezembro de 1979.

militar. Neste cenário, o turismo aparecia como a atividade econômica do futuro, responsável pelo desenvolvimento do país. Todavia, a viagem ainda não era um hábito popular. “O ritmo do desenvolvimento do setor ainda era lento e muitos dos empreendimentos e das experiências na área eram amadores, caracterizados pela improvisação e pelo autodidatismo” (SOLHA, 2002, p. 134).

Conforme Solha (2002), na década de 1970, houve um incremento nos negócios, turísticos, uma expansão do setor privado e a abertura de um novo mercado de trabalho. “Criou-se espaço para a implantação de formação superior na área mediante a necessidade de profissionais capacitados para o setor. Assim, surgiram os primeiros cursos superiores de turismo (bacharelado), concentrados na cidade de São Paulo, e oferecidos por instituições de ensino privadas” (SOLHA, 2002, p. 31).

Barretto; Tamanini e Silva (2004) apontam o cenário de surgimento dos cursos de Turismo no Brasil. Nesta época, a universidade, marcada em âmbito internacional, pela revolução cultural de 1968 iniciada em Paris, atravessava nacionalmente uma conjuntura política de ditadura militar, voltada para a economia de mercado com ideologia desenvolvimentista.

Conforme Teixeira (2007), os relatórios para a Reforma do Ensino Superior de 1968 (Lei 5540) incentivavam a criação de cursos para “carreiras prioritárias ao desenvolvimento”, considerando que, na década de 1970, o turismo foi visto como a “solução” para o desenvolvimento econômico do Brasil, a criação de cursos de turismo foi incentivada. Teixeira (2007) considera também que a demanda por vagas foi essencial para que o curso de turismo se estabelecesse, pois era um curso que chamava a atenção dos empresários da educação, por ser diferente e bom de mercado, necessitava de pouco investimento e teria fácil retorno.

Ao analisar o período de criação de cursos de turismo, Celeste Filho (2002, p.5) resgata o 1º Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), projetado para os anos de 1972 a 1974, por meio do qual se manifestou o desejo do Estado Brasileiro em oferecer “especial apoio ao incremento do turismo, tanto de correntes turísticas internacionais como nacionais, dotando-se as regiões propícias de condições favoráveis”. Na época, o sistema educacional estimulado e orientado pela política oficial procurava priorizar a área tecnológica. Os cursos que formassem profissionais aprimorando a mão-de-obra, como os de turismo, num vínculo entre universidade e empresas, não contrariavam o que o Estado desejava (CELESTE FILHO, 2002).

Nos anos 1960, a exigência de atendimento às políticas de expansão tardia do mercado industrial faz surgir os cursos de tecnologia e, par e passo, os primeiros órgãos institucionais do turismo, com o objetivo de fomentar e tomar as rédeas do crescimento da atividade, como visto anteriormente.

No Brasil, de acordo com Matias (2002), os cursos de Graduação em Turismo foram fundados com o objetivo de “atender ao relevante interesse público, devido à expansão experimentada pela atividade turística e à exigência de mão-de-obra especializada em nível superior capaz de suprir as necessidades do setor” (p. 3). Ou seja, “surgem como mais uma opção de elevação econômica e social para uma classe média disposta a se especializar em setores da economia caracterizados pelo dinamismo e pela modernidade” (p. 5).

Teixeira (2007) analisa a trajetória dos cursos superiores de turismo (1968-1976), bem como seu contexto histórico-social, para entender os condicionantes que levaram um curso, sem tradição acadêmica e desprestigiado intelectualmente, a se espalhar e se consolidar em nível universitário. Considera três variáveis para estudar a história do curso no Brasil: a primeira é a criação, em 1966, da Empresa Brasileira de Turismo, a EMBRATUR, pois, a partir daí, surgem os investimentos na rede hoteleira, nos meios de transportes e em infraestrutura básica e turística e, conseqüentemente, a necessidade de formar profissionais

capacitados, de nível superior, para fomentar o turismo no Brasil. Logo, há a necessidade de se criarem escolas superiores de turismo. A segunda variável é a expansão do ensino superior privado, em consequência de uma série de acontecimentos que “obrigou” o governo a permitir e estimular o ensino superior privado: a Lei 5.540/68 (Reforma Universitária), que autoriza a criação de cursos superiores de profissões não regulamentadas (que é o caso do curso de turismo, que até a presente data ainda não tem sua profissão regulamentada). A terceira variável, que está relacionada à primeira, é a valorização dada ao lazer e ao ócio, no final da década de 1960, com incentivo para que o tempo livre fosse bem utilizado e uma boa alternativa isso é fazendo turismo.

A institucionalização do Turismo no âmbito acadêmico se deu a partir de 1971, quando da criação do primeiro curso de Turismo e da definição do currículo mínimo pelo MEC. A formação em nível superior em turismo no Brasil começou nesse período, motivada pelas múltiplas possibilidades do setor turístico para o desenvolvimento sócio-econômico nacional. Na década de 1970, como abordado anteriormente, vivia-se num período político de “repressão, censura e violência característica da linha dura do governo militar [...] neste cenário, o turismo aparecia como atividade econômica do futuro”. (REJOWSKI, 2002, p.134).

Na reflexão de Trigo (2000, p. 245):

Foi neste contexto, rico em crises e sonhos, que a educação em turismo foi implantada no Brasil. Um novo curso para um país promissor que se descobria herdeiro das benesses do futuro, um curso que encontrava sua vocação plena em um paraíso tropical repleto de belezas naturais ainda intocadas; enfim, o país do futuro encontrava a profissão do futuro.

Outra questão importante de pontuar, neste período, são alguns dos fundamentos históricos e legais, principalmente quanto à atuação do Conselho Federal de Educação, e como este propiciou o surgimento de novos currículos de cursos superiores, entre eles o de Turismo. Celeste Filho (2002, p. 01) nos lembra que, “o caso específico da criação de cursos superiores de turismo é exemplo significativo das mudanças de enfoque que os intelectuais e a sociedade atribuíam à educação, à universidade e à cultura nos anos 1960 e início da década de 1970”.

Após a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional em 1961, o Conselho Federal de Educação (CFE) – órgão criado pela LDB – se preocupou em esclarecer o que ele propunha como currículo. Após vários debates no CFE, ficou decidido que o currículo mínimo seria nacional e basicamente profissionalizante, e especificidades regionais entrariam na parte complementar do currículo.

Celeste Filho (2002, p. 33) salienta que:

No final da década de 1960, início da década de 1970, simultaneamente à possibilidade de criação de cursos técnicos de nível superior, se processa a reforma universitária do ensino médio, que passa a fornecer obrigatoriamente formação profissionalizante. É neste contexto da reforma universitária de 1968, anterior a Lei 5.692 de 1971 de reforma do ensino superior, que é criado o currículo mínimo de Turismo. Inicialmente para um curso técnico profissionalizante de nível médio em 1969 e como currículo mínimo para cursos de nível superior em janeiro de 1971.

Barretto; Tamanini e Silva (2004, p. 29), referindo-se à educação superior no Brasil, na década de 1970, destacam que:

Saberes que eram ministrados ou poderiam ser ministrados no ensino de segundo grau ou em cursos técnicos passaram a ser ministrados no nível terciário, obrigando, dessa forma, quem quiser obter conhecimentos competitivos a continuar os estudos

em nível universitário. [...] Dois fenômenos processam-se em conjunto, o pedagógico e o social. O ensino superior passa a ministrar educação técnica e operacional (deslocada do ensino médio). Forja-se a qualificação “pelo alto”, porque as pessoas acreditam que estão tendo ensino universitário quando estão recebendo capacitação técnica. Ao mesmo tempo, dando-se às pessoas o *status* de “universitários”, forja-se a ascensão social.

O CFE, em fins de 1960 e início da década de 1970, teve papel significativo na expansão do ensino superior e no surgimento de faculdades isoladas privadas. Conforme Celeste Filho (2002, p. 50), tais estabelecimentos particulares, criados por empresários da educação com a autorização do CFE, diversificaram o campo acadêmico de então, inclusive com a criação de cursos de Turismo.

Celeste Filho (2002, 01) afirma que, “o caso específico da criação de cursos superiores de turismo é exemplo significativo das mudanças de enfoque que os intelectuais e a sociedade atribuíam à educação, à universidade e à cultura nos anos 1960 e início da década de 1970”.

A Habilitação Única em Turismo é relativamente recente no Brasil. O curso superior de turismo começou a existir a partir do Parecer nº 35/71 do Ministério de Educação, feito pelo relator conselheiro Roberto Silveira Santos e aprovado em 28/01/1971. Esse parecer deu base à Resolução s/nº de 28/01/1971, do Conselho Federal de Educação, que fixou o conteúdo mínimo e a duração do curso superior de turismo (TRIGO, 1998).

O currículo mínimo de Turismo, de nível superior, foi aprovado em 28 de janeiro de 1971. Assim, o Parecer CFE nº 35/71 criou o curso superior de Turismo e a Resolução s/n de 28 de janeiro de 1971 fixou o currículo mínimo e a duração do curso de turismo, com as seguintes matérias: Sociologia, História do Brasil, Geografia do Brasil, História da Cultura, Estudos Brasileiros, Introdução à Administração, Noções de Direito, Técnica Publicitária e Planejamento e Organização do Turismo.

Conforme Matias (2002, p. 03):

A regulamentação do currículo mínimo e a criação de cursos que formassem mão de obra especializada em nível superior tornou-se necessária devido ao crescimento que a atividade turística apresentava na época. Nesse sentido, podemos destacar a institucionalização do Turismo no Brasil com a criação de Empresa Brasileira de Turismo – EMBRATUR, em 1966.

Nesse cenário nasceram os primeiros cursos superiores de Turismo no Brasil. Em 1971, a Faculdade de Turismo do Morumbi (hoje Anhembi-Morumbi), em São Paulo, iniciou seu primeiro curso, na qualidade de uma instituição de ensino privado. De acordo com Rodrigues (2005), a ideia de se formar a Faculdade de Turismo do Morumbi surgiu do “acaso”. Gabriel Rodrigues era arquiteto do DOP – Departamento de Obras Públicas de São Paulo e juntou-se a dois amigos do Departamento, Vitório Lanza Filho, que era engenheiro agrimensor, e Walter Rodrigues da Silva, desenhista, para fundar uma instituição de ensino superior, a Organização Bandeirante de Tecnologia e Cultura, com a proposta inicial de criar um curso preparatório para os funcionários do DOP ingressarem em cursos superiores, além de cursos técnicos e, futuramente, uma faculdade de Arquitetura. Para formar esse curso, procuraram por locais onde poderiam instalar a escola e conseguiram um prédio que ainda estava em construção, portanto teriam que terminar a obra.

Gabriel Mário Rodrigues era atuante na escola onde suas filhas estudavam, o Colégio Pio XII – dirigido por religiosas norte-americanas. Um dia, uma dessas religiosas, a *sister* Hilda, diretora na ocasião, foi convidada por Gabriel para visitar a obra onde seria o curso para os funcionários do DOP. Após conhecer o local, *sister* Hilda perguntou, por que, ao invés de uma escola para funcionários do DOP, ele não montava uma escola com curso técnico de turismo? Gabriel e seus amigos consideraram a ideia e, após análise de mercado,



perceberam que havia sim demanda para estudar turismo, considerando o crescimento do setor na época. A maioria dos interessados no curso já havia terminado o segundo grau. Assim, decidiram formar um curso superior de turismo. Como nenhum dos empreendedores tinha conhecimento dessa área, buscaram ajuda de Domingo Hernández Peña, um cidadão espanhol, que chegara ao Brasil, na metade da década de 1960, profissional de grande conhecimento. De acordo com Mário Beni, Peña não possuía formação superior, porém teve grande capacidade para organizar o curso de turismo (RODRIGUES, 2005). Domingo Hernández Peña aceitou trabalhar como coordenador da primeira faculdade de turismo e elaborou o primeiro currículo, após um levantamento nas escolas européias, adaptado à realidade brasileira. Os primeiros cursos de turismo foram sendo implementados em unidades universitárias autônomas ou ligados aos igualmente novos cursos de artes e comunicações.

Em uma entrevista com Domingo Hernández Peña, realizada por Camila Lucchesi (2006), questionado sobre o contexto em que ocorreu a criação do primeiro curso superior de turismo no Brasil, responde:

Naquela época, início da década de 1970, ainda não havia no mundo nenhuma instituição do gênero. Entretanto, existiam pessoas, estudiosos que já tinham uma visão mais aprofundada do fenômeno turístico. Eu não fiz outra coisa senão agrupar, estruturar e sistematizar o que aprendi com eles. Assim foram criados o currículo e os conteúdos do curso da Faculdade de Turismo do Morumbi, em 1971. Foi quando aconteceu a grande revolução do turismo brasileiro, pois não havia ensino superior de turismo no mundo, apenas escolas técnicas. Ainda não existe no mundo uma consciência clara do que é um curso superior de turismo, pois as escolas técnicas são maioria lá fora. Mas o técnico não resolve as grandes questões. (LUCCHESI, 2006, p. 1)

Desse modo, em 1971, a Faculdade de Turismo do Morumbi (FAT), hoje Universidade Anhembi-Morumbi, instituição privada de São Paulo, que tinha como instituição mantenedora a Organização Bandeirante de Tecnologia e Cultura, iniciou o primeiro curso superior em Turismo no Brasil.

Em São Paulo, a imprensa noticiava: “A criação de Escolas Superiores de Turismo decorre da necessidade de o Brasil se aparelhar para desenvolver a chamada indústria sem chaminés” (Folha da Tarde/SP<sup>6</sup>, 03/06/1972).

A matéria do jornal Folha da Tarde/SP (03/06/1972) ressalta que as escolas de turismo iriam suprir a falta de técnicos, destacando o pioneirismo da Faculdade de Turismo do Morumbi. A notícia enfatiza:

Há muito tempo que se fala em turismo no Brasil, sem, contudo, se ter exata noção do que fazer. Se os centros mais avançados do País, como a Guanabara e São Paulo, para onde convergem grandes levas de turistas, empenham-se em implantar uma sólida infra-estrutura nesse setor, que poderemos dizer de outros Estados? Ainda se caminha às apalpadelas. Falta ao País uma tecnologia mais avançada. Não só nas estradas, hotéis, casas de diversões, ou praias, montanhas e outras paisagens, [...]. (Folha da Tarde/SP, 03/06/1972)

E complementa, destacando a importância dos cursos superiores em Turismo para a atividade turística:

Nota-se um esforço geral, desde o município do interior, até as grandes cidades, no sentido de fazer alguma coisa que atraia visitantes. A criação da EMBRATUR representou uma verdadeira injeção para o desenvolvimento turístico, pois veio dar incentivo aos acanhados conselhos, comissões, departamentos ou secretarias de turismo espalhadas pelo Brasil. Agências e empresas de turismo do setor privado

---

<sup>6</sup> Folha da Tarde foi um vespertino brasileiro publicado pela Folha de São Paulo e distribuído em São Paulo entre os anos de 1945 a 1999. Foi substituído pelo popular Agora São Paulo.

também sentiram a influência daquele órgão federal. Estava, porém, faltando algo, que só agora começa a tomar vulto. Trata-se das escolas de turismo em nível superior. (Folha da Tarde/SP, 03/06/1972)

O discurso do professor Mário Carlos Beni, na abertura do I Congresso Nacional de Turismo, em 1975, traduz bem o papel dos cursos superiores.

A partir da instalação do I Curso Superior de Turismo no Brasil, a fase de improvisação, adaptação e repentividade, começa a ser seriamente ameaçada. O turismo improvidente, desgovernado começa a ser criticamente analisado. São muitos os que hoje se preocupam com sua problemática, mantendo-se em permanente atividade de reflexão e vigília. [...] O turismo no Brasil deixou de ter somente uma posição política administrativa empresarial e passou a constituir-se também, agora, em um assunto de ordem técnica e científica, e como tal deve ser encarado [...]. (REJOWSKI, 1996 p. 60)

Defendendo a criação de cursos de pós-graduação em turismo e considerando que não parece ser o melhor caminho para a formação de profissionais a implantação de Faculdades de Turismo, o presidente da EMBRATUR, Paulo Manuel Protásio, manifesta a preocupação do órgão que dirige em relação às faculdades de turismo que estavam surgindo, acentuando que o principal receio é o de que “elas proliferem de forma inadequada formando pessoal que saiba apenas um pouco de cada setor do turismo, que envolve diversos níveis, contribuindo para a frustração profissional de muitos” (Diário de Notícias/RS, 07/06/1972). Mostra-se frontalmente contrário aos “‘canudos de turismo’, afirmando que ‘de nada adianta um curso universitário sobre turismo’. Acentua que essa área precisa essencialmente de técnicos capazes de assumir papéis concretos, ou de gente altamente especializada num determinado campo – engenharia, economia, administração – que, ao mesmo tempo, se aperfeiçoou em turismo”. (Correio do Povo/RS, 17/07/1972, p. 19)

Em 1972 e 1973, por várias vezes, o presidente da EMBRATUR deixa claro que é contrário às Faculdades de Turismo, com exceção da de Santa Maria/RS que tinha como proposta um curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Turismo.

No dia 24 de janeiro de 1975, atendendo a ponderações do presidente da EMBRATUR, o Sr. Paulo Protásio, o ministro Ney Braga, da Educação, decidiu suspender, por algum tempo, o registro de novas faculdades de Turismo no País, até que um estudo profundo da matéria pudesse orientar a elaboração dos currículos de forma objetiva e profissionalizante.

Importante destacar nesse momento é que o Ministério da Educação e a Embratur [Instituto Brasileiro de Turismo], muito preocupados com esse ritmo de cursos superiores de Turismo no Brasil, acabaram designando o curso de turismo da Universidade de São Paulo para fazer um grande debate sobre o currículo pleno, uma vez que o MEC havia estabelecido o currículo mínimo. A USP coordenou esse trabalho e foi aí que houve um grande divisor. Um grande marco, porque a Faculdade Anhembí Morumbi tinha todo seu projeto pedagógico voltado ao modelo espanhol, que era mais voltado ao mercado. Ou seja, à formação profissional e não à pesquisa, à colocação, à abordagem científica do turismo e o macroplanejamento envolvendo aspectos sociais, econômicos, etc. Esta é a linha que sempre foi da USP. A partir daí os cursos de Turismo implantados nas universidades, como PUC e outras, seguiram o modelo da USP. Os estados do Rio de Janeiro e de Minas Gerais seguiram basicamente o modelo da Morumbi. Foi assim que nasceram os cursos e se difundiram em todo o país. (NETTO, 2005, p.860)

Matias (2002) relata ter se pensado, na época da criação do primeiro curso de Graduação em Turismo, na possibilidade de incluí-lo nas Faculdades de Administração ou de

Educação Física, “mas devido à realidade do Turismo no Brasil, essa idéia foi abandonada” (p. 5). A autora não explica, no entanto, a que “realidade” estaria se referindo.

Importante retomar que o ensino superior de turismo no Brasil surgiu no momento em que o ensino superior passava por modificações, isto é, buscava-se dar à formação educacional caráter profissionalizante para atender às necessidades do mercado, o qual demandava por profissionais treinados para desempenhar funções de produção em série padronizada (MATIAS, 2005, p. 214). Isso fez que o curso de Turismo, desde a sua criação, sofresse algumas críticas e preconceitos por parte de outras áreas do ensino acadêmico, que acreditavam que o graduado no curso superior de turismo seria apenas tarefeiro, sem nenhuma base de conhecimento para desenvolver qualquer trabalho reflexivo. Essa visão deixa muito claro que o preconceito existente em relação ao ensino profissional ainda persiste na academia, prejudicando a articulação entre os dois ramos de ensino, o que prejudica a formação profissional (MATIAS, 2005, p. 214). Houve a necessidade de profissionais para planejar o turismo no Brasil, surgindo assim a necessidade de mão-de-obra de nível superior, ou seja, Planejadores de Turismo, como eram chamados os bacharéis, no início, ou Turismólogos, como são atualmente chamados (TEIXEIRA, 2007).

Trigo (2000) aponta que havia uma postura dúbia a respeito das novas profissões.

Os ignorantes pensavam que essa nova área de viagens e turismo não levaria a nada, que o ideal eram os velhos e bons cursos de Contabilidade, Datilografia e de Comércio, [...]. Existia também, evidentemente, o fascínio que a Medicina, Direito e Engenharia exerciam sobre os futuros profissionais e suas famílias, ansiosas para que seus filhos fossem "alguém". Havia um outro tipo de ignorantes a respeito das novas realidades que estavam surgindo no mundo desenvolvido e que também criticavam os novos cursos. Eram os antigos empresários de turismo que iniciaram suas atividades no Brasil desde a década de 50. Para eles, turismo era algo que só poderia ser apreendido no trabalho diário. As universidades jamais poderiam ensinar algo tão sutil e complexo nas salas de aula. Um outro segmento era a intelectualidade bem posicionada ao longo de décadas em universidades cartoriais e elitistas, que pontificavam ser o Turismo e alguns outros cursos (Comunicações, por exemplo) algo como perfumaria ou supérfluo. Os alunos de Turismo, [...], também começavam a dar sua opinião sobre o que estava acontecendo e lutavam para abrir espaço em um mercado fechado, atrasado e relutante face aos novos desafios que apareciam no mundo. (TRIGO, 2000, p. 243)

Trigo (1998) ressalta que a formação inicial do bacharel em turismo era muito pragmática e, visando a atender a demanda do mercado, utilizava toda uma terminologia economicista e eminentemente tecnicista, menosprezando os aspectos sociais e políticos da sociedade. Essa ênfase nos aspectos técnicos ocorria de forma geral em todos os cursos, segundo a visão desenvolvimentista do período.

O autor destaca que, neste período, “os alunos iam desde pessoas genuinamente interessadas na área e também daqueles folclóricos que congregam desde as tribos das peruas deslumbradas até os românticos idealistas que vêem o turismo como uma missão” (TRIGO, 2000, p. 243)

Segundo Matias (2002, p. 05) "Nos primeiros anos de funcionamento do curso superior de turismo, houve uma demanda muito grande pelo mesmo, especialmente em São Paulo, o que desapertou o interesse de empresários da educação a investirem na abertura de outros cursos [...]”.

A década de 1970 também foi bastante produtiva no que diz respeito às discussões sobre o turismo. Iniciaram-se aí os primeiros eventos científicos na área, que discutiam a realidade turística brasileira, o mercado de trabalho e as necessidades do setor, encabeçados pelo Contur – Congresso Brasileiro de Turismo -, o primeiro promovido pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (REJOWSKI, 1996).

Para Trigo (2000), nesse contexto se insere a primeira fase do Turismo no País, cujo modelo implementado fracassou, face às diversas crises econômicas que se sucederam, à ausência de programas de qualidade na formação de mão-de-obra (desde a operação, planejamento até a alta gestão) e, fundamentalmente, à falta de consciência na preservação do meio ambiente natural e cultural.

Apesar de todas as dificuldades deste período, o embrião da atividade turística já estava plantado. As empresas organizaram-se em associações, o poder público começou a perceber que a atividade turística é muito mais do que investir na rede hoteleira. O sonho e a euforia do começo da década de 1970 foram substituídos por uma certa decepção na década de 1980, pois os acontecimentos não seguiram a tendência esperada, mas, ao mesmo tempo, provocaram uma reação importante: o turismo começou a ser visto como uma atividade séria e profissional, que não traz soluções imediatas para problemas estruturais, principalmente os econômicos. (REJOWSKI, 2002, p.140).

Assim, é possível perceber que a década de 1970 foi muito importante para o desenvolvimento da atividade turística no Brasil, bem como, para o desenvolvimento dos primeiros cursos superiores de turismo. A institucionalização do turismo em nível nacional, com a criação da EMBRATUR e com a elaboração da Política Nacional de Turismo; o início de uma discussão mais científica da atividade; a visão do turismo como importante atividade para o desenvolvimento econômico; as mudanças ocorridas no ensino superior no Brasil foram pano de fundo para a criação dos primeiros cursos de turismo no Brasil, definindo, assim, o tipo de ensino para esta atividade.

## **Considerações Finais**

Podemos constatar que no Brasil, os cursos superiores de Turismo, em nível de graduação, surgiram, inicialmente, em instituições privadas, como a Faculdade de Turismo Morumbi, a Faculdade Ibero-Americana e a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande Do Sul. No âmbito universitário, a Universidade de São Paulo foi a pioneira, criando o curso de Turismo na Escola de Comunicações e Artes, no ano de 1973.

Os primeiros cursos de Graduação em Turismo no Brasil, implantados em meio a uma conjuntura de ditadura militar de modelo desenvolvimentista, foram criados dentro de uma perspectiva tecnicista e mercadológica, os quais procuravam atender a uma demanda de trabalho.

O Brasil foi o primeiro país a criar cursos de turismo de nível superior, porém, baseados nos cursos técnicos. Havia um certo preconceito, principalmente de uma elite (que casualmente foram os primeiros alunos dos cursos de turismo), em relação aos cursos técnicos. Desse modo, criou-se um curso técnico mascarado como de nível superior.

O início dos cursos de Turismo no Brasil ocorreu juntamente com o movimento de expansão e profissionalização do ensino superior, com o desenvolvimento da atividade turística e com a criação do currículo mínimo dos cursos de turismo.

Esses aspectos repercutiram no papel do professor que, durante a década de 1970, reforçava aspectos técnicos da formação, e a transmissão do conhecimento necessário à reprodução da força de trabalho requerida pelo capitalismo de então.

Constata-se que o contexto histórico-social foi determinante na criação dos cursos superiores de turismo no Brasil, principalmente a oficialização do turismo, com a criação da EMBRATUR e o aumento da atividade turística também no âmbito privado; a expansão do

ensino superior privado, através da Reforma Universitária de 1968; e a regulamentação do currículo mínimo em Turismo. Os cursos superiores de Turismo na atualidade refletem muitos destes aspectos. Nesse sentido, é importante estudos históricos sobre a formação nessa área.

### **Referências Bibliográficas**

- BARRETTO, Margarita; TAMANINI, Elizabete; e SILVA, Maria Ivonete Peixer da. *Discutindo o ensino universitário de turismo*. Campinas, SP: Papirus, 2004. (Coleção Turismo).
- CELESTE FILHO, Marcioniro. A institucionalização do turismo como curso universitário: décadas de 1960 e 1970. Mestrado em Educação. PUC/São Paulo, 2002.
- CRUZ, Rita de Cássia. *Política de Turismo e Território*. São Paulo: Ed. Contexto, 2000.
- HALLAL, Dalila Rosa. O Curso de Turismo da PUCRS: a trajetória dos seus 28 anos de existência – do Bacharelado (1972) ao Tecnólogo (2010). Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História, PUCRS, Porto Alegre, 2010.
- LUCCHESI, Camila. O tamanho do turismo brasileiro. *Revista Host17 - Hospitalidade e Turismo Sustentável*. Dez 2006/Jan 2007. Disponível em: [www.revistahost.uol.com.br](http://www.revistahost.uol.com.br)  
Acesso em: 20/01/2010.
- MARTINS, Carlos Benedito. *Uma reforma necessária*. Educ. Soc. [online]. 2006, vol.27, n.96, pp. 1001-1020. ISSN 0101-7330
- MATIAS, Marlene. Formação Profissional em Turismo no Brasil no Início do Século XXI. In: TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. et al. *Análises Regionais e Globais do Turismo Brasileiro*. São Paulo: Roca, 2005. p.199 – 219.
- MATIAS, Marlene. *Turismo: Formação e Profissionalização/(30 anos de história)*. São Paulo, Barueri: Manole. 2002
- MENEZES, L. C. (Org.). *Professores: Formação e Profissão*. Campinas: Ed. Autores Associados, 1996.
- NETTO, Alexandre Panosso. Mário Carlos Beni Fala. In: TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. et al. *Análises Regionais e Globais do Turismo Brasileiro*. São Paulo: Roca, 2005. p. 859 – 868.
- OLIVE, A. C. Histórico da educação superior no Brasil. In: *A educação superior no Brasil*. Brasília: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 2002, p. 31-42.
- REJOWSKI, Mirian. *Turismo e Pesquisa Científica: Pensamento Internacional x situação Brasileira*. 4 ed. Campinas, SP: Papirus, 1996. (Coleção Turismo)
- REJOWSKI, Mirian. Desenvolvimento do Turismo Moderno. In: REJOWSKI, Mirian (org.) *Turismo no percurso do tempo*. São Paulo: Aleph, 2002.
- RODRIGUES, Gabriel Mário. *Se não foi a primeira, não foi a segunda: o desafio de implantar a Faculdade de Turismo do Morumbi no início dos anos 70*. São Paulo: Editora Anhembí Morumbi, 2005.
- SANTOS FILHO, João dos. Espelho da História: o fenômeno turístico no percurso da humanidade. *Revista Espaço Acadêmico*. Maringá, nº 50, julho de 2005. Acesso em: 20/03/2006.
- SOLHA, Karina Toledo. Evolução do Turismo no Brasil. In: In: REJOWSKI, Mirian (org.) *Turismo no percurso do tempo*. São Paulo: Aleph, 2002, p. 117–153.

SOUZA, P. N. P. de. *LDB e educação superior: estrutura e funcionamento*. 2ª ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2001.

TEIXEIRA, Sérgio Henrique Azevedo. *Cursos superiores de turismo: condicionantes sociais de sua implantação: uma abordagem histórica (1968/1976)*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação da Universidade São Francisco. Itatiba, 2007.

TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. *A Sociedade Pós-Industrial e o Profissional em Turismo*. Campinas, SP: Papirus, 1998. (coleção turismo).

TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. A importância da educação para o turismo. In: LAGE, Beatriz Helena Gelas. e MILONE, Paulo César (org). *Turismo: teoria e prática*. São Paulo: Atlas, 2000, p. 243 – 255.

**Jornais:**

O Quero-Quero/RS, 1973

Folha da Manhã/RS, 1972

Diário de Notícias/RS, 1972

Correio do Povo/RS, 1972

Folha da Tarde/SP, 1972.